

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
COM AGRAVO 854.171 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: EUDOCIA GENUINO DA CONCEICAO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: HUMBERTO DE SOUSA FÉLIX</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: JUIZO FEDERAL DA 12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL.  
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. MANDADO DE SEGURANÇA.  
ADMISSIBILIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA  
CONSTITUIÇÃO. INOCORRÊNCIA. OBSCURIDADE,  
CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO  
CONHECIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ARTIGO 538,  
PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
NÃO CONHECIDOS.**

### **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, com imposição de multa, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
COM AGRAVO 854.171 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: EUDOCIA GENUINO DA CONCEICAO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: HUMBERTO DE SOUSA FÉLIX</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: JUIZO FEDERAL DA 12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de embargos de declaração opostos por EUDOCIA GENUINO DA CONCEIÇÃO contra acórdão que restou assim ementado:

***“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO  
REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM  
AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL  
FEDERAL. MANDADO DE SEGURANÇA.  
ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO  
GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO AI  
800.074-RG. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE  
INFRACONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS  
DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA  
DE REPERCUSSÃO GERAL. ARE 748.371-RG. ALEGADA  
VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO.  
INOCORRÊNCIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS  
INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.”***

Inconformada com a decisão supra, a embargante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese:

**ARE 854171 AGR-ED-ED / PB**

*"A r. decisão retro embargada foi absolutamente omissa em ponto essencial da lide, especialmente por não ter analisado o cabimento do Recurso Extraordinário, interposto pela EMBARGANTE, na parte em que se defende que a Turma Recursal da Paraíba violou o princípio da publicidade das decisões judiciais, positivado no inciso IX, do art. 93, da CF/88;" (Fl. 7 do doc. 45).*

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
COM AGRAVO 854.171 PARAÍBA

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Não merecem acolhida as pretensões da embargante.

*Ab initio*, há que se frisar que a embargante pretende, nestes segundos embargos de declaração, rediscutir matéria já decidida. Ora, esta Suprema Corte firmou jurisprudência nos termos da qual não se revelam cabíveis embargos de declaração quando, a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição, vêm a ser opostos com o inadmissível objetivo de infringir o julgado, em ordem a viabilizar um indevido reexame da causa (AI 177.313 AgR-ED, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 13/9/1996).

Com efeito, ao contrário do alegado pela embargante, o acórdão hostilizado assentou que não houve violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Vale enfatizar, ainda, que a jurisprudência deste Tribunal é uníssona no sentido de que a oposição de embargos com nítido intuito procrastinatório, com a injustificável reiteração do recurso, traduz hipótese de evidente abusividade, apta a justificar, por si só, a aplicação da norma inscrita no artigo 538, parágrafo único, do CPC (AI 586.710-AgR-ED-ED, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 2/2/2007).

Com essas considerações, **NÃO CONHEÇO** destes segundos embargos de declaração e, por considerá-los manifestamente procrastinatórios, condeno o embargante ao pagamento da multa de 1%

**ARE 854171 AGR-ED-ED / PB**

(um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do valor correspondente.

É como voto.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO 854.171**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

EMBTE.(S) : EUDOCIA GENUINO DA CONCEICAO

ADV.(A/S) : HUMBERTO DE SOUSA FÉLIX

EMBD.O.(A/S) : JUIZO FEDERAL DA 12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA

INTDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**Decisão:** A Turma não conheceu dos embargos de declaração, com imposição de multa, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma